

Vivências de moradores de edifícios residenciais na cidade de Criciúma-SC: apropriação do espaço urbano

Tatiane Gomes Nazario¹
Terezinha Maria Gonçalves²

Resumo

Este artigo trata de um relato de pesquisa no âmbito das ciências Ambientais com o recorte na Psicologia Ambiental. A pesquisa é qualitativa tendo o estudo de caso como método principal. O objetivo é conhecer o processo de apropriação do espaço avaliando a forma de morar e habitar em edificações verticalizadas na cidade de Criciúma-SC. O processo de apropriação do espaço (do apartamento, do prédio e do bairro) foi analisado pelos conceitos de identidade de lugar, laços com o lugar, sentimento de pertença, personificação do lugar e cultivação. A relação do sujeito com seu ambiente sociofísico é o objeto da Psicologia Ambiental. É na relação com esse espaço que o sujeito produz a sua subjetividade. **Palavras-Chave:** apropriação do espaço, ambiente sociofísico, habitação verticalizada.

Abstract

EXPERIENCES OF RESIDENTS IN RESIDENTIAL BUILDINGS IN THE CITY OF CRICIÚMA-SC: APPROPRIATION OF URBAN SPACE. This article reports a research within Environmental Sciences and Environmental Psychology. The research is qualitative, having the case study as its main method. The objective is to understand the process of appropriation of space by evaluating how residents live in vertical buildings in the city of Criciúma-SC. The process of appropriation of space (apartment, building and neighborhood) was analyzed by the concepts of place identity, linked with the place, sense of belonging and embodiment. The relation between people and their social environment is the object of Environmental Psychology. People build their subjectivity in such space. **Keywords:** appropriation of space; social environment; vertical housing.

Introdução

A expansão urbana para o alto é uma realidade observada não apenas nas grandes metrópoles, mas também em cidades médias e pequenas. Essa forma de expansão denominada verticalização é o processo de adensamento de áreas urbanas por meio da construção de edifícios verticais. Ocorre normalmente no centro da cidade e associa-se ao desenvolvimento tecnológico do século XX (Sahr, 2000).

O processo de verticalização no terceiro mundo, segundo Cavalcante (2001), trouxe o discurso de uma sociedade com oportunidades maiores para a população mais pobre, já que a proposta visava resolver o problema do alto valor da terra, barateando o valor do imóvel.

Na realidade, a verticalização não se constituiu uma solução para a falta de moradias.

Percebemos, portanto, que a idéia da verticalização, inicialmente como modelo capaz de superar o problema habitacional, transformou-se em um argumento ineficaz a tal proposta, mas sim em um modelo alternativo de moradias, no sentido de se constituir em um ícone da 'modernidade' globalizada (Cavalcante, 2001: 6).

Essa idéia de “urbanismo modernizador” é somente uma proposta para inserir a cidade no contexto da contemporaneidade, ou seja, uma solução de moradia para uma população cada vez mais urbana. Um modelo de moradia individual, com espaços específicos para jardins e recreação. Um estilo que simultaneamente recolhe o sujeito ao interior do apartamento e obriga-o a viver com pessoas que muitas vezes não podem ser chamadas de vizinhas, embora morem no mesmo prédio. A convivência é conjunta e não coletiva no sentido de comunidade.

Todavia, hoje é inquestionável a necessidade desse tipo de habitação, em especial nos grandes centros urbanos, devido ao próprio estilo de vida. Dessa forma, criam-se moradias mais compactas, mais fáceis de serem mantidas e aparentemente mais seguras. A verticalização foi um modelo imposto a determinadas comunidades e incorporou-se à necessidade da vida moderna, embora isso não reflita em qualidade de vida ou sustentabilidade (Cavalcante, 2001).

Em Criciúma a expansão vertical vem se acentuando aceleradamente, tendo inclusive espaços completamente

1 UNESC, Av. Universitária 1105, Bairro Universitário, Caixa Postal 3167, 88806-000 Criciúma SC, Brasil. tatinazario@gmail.com

2 UNESC, Av. Universitária 1105, Bairro Universitário, Caixa Postal 3167, 88806-000 Criciúma SC, Brasil. tmg@unesc.net

tomados por edifícios comerciais e residenciais. Em relação a esses últimos, podemos destacar um bairro em específico, o Comerciário. Nos últimos 10 anos, nesse bairro, diversas edificações térreas foram demolidas para a construção de prédios luxuosos. Mais recentemente a sede da Vigilância Sanitária foi demolida com a mesma finalidade.

Percebemos, por outro lado, que para a população a verticalização tem sinônimo de modernidade. Desse modo, o crescimento da urbanização “para cima” em Criciúma é um ponto preocupante. Percebemos também na fala dos entrevistados, de autoridades e da imprensa local uma necessidade de que a cidade cresça. Prédios altos, muitas luzes, muitos carros na rua seria, para parte da população de Criciúma, uma cidade “moderna”.



Figura 1 – A verticalização de Criciúma/SC

A rede de esgotamento sanitário chega só neste ano de 2009. Uma cidade com 187.018 habitantes segundo estimativa do IBGE/2008 não reclamava pela falta de saneamento. A rede de esgoto chegou como um projeto do governo federal. Parte da população de Criciúma considera natural lindos prédios com elevadores panorâmicos estarem assentados ao lado de uma grande fossa de esgoto. O rio que corta o centro da cidade é canalizado e sobre os trechos que ficam a céu aberto aparecem pilares de prédios construídos sobre o seu leito. Falta de saneamento, de arborização em uma cidade que cresceu com a atividade de extração do carvão mineral e tem um passivo ambiental de degradação do solo e dos rios, para não falar da desigualdade social e outros problemas sociais, é, no mínimo, intrigante essa preocupação com a “modernização da cidade”.

As Contribuições da Psicologia Ambiental Para o Entendimento do Espaço Urbano

A Psicologia Ambiental é uma das áreas da Psicologia que trata do estudo das relações da pessoa com seu ambiente sócio-físico. Proshansky, um dos principais autores da Psicologia Ambiental, diz que a psicologia ambiental trata da vida das pessoas. Um de seus principais conceitos é o de apropriação do espaço.

A apropriação do espaço traz como ponto central a importância que o morador dá para seu entorno. Nesse caso, preocupamo-nos com os espaços de moradia e circundantes a ela, ou seja, o apartamento, o prédio, seus arredores e o bairro.

Além dessas questões surgem outras relacionadas: como esses moradores percebem o bairro? Sentem-se pertencentes a uma comunidade ou são como “turistas” que usam o lugar apenas para benefício próprio, sem qualquer sentimento em relação às modificações que se impõem ao meio urbano? Será que sentem falta de ambientes exteriores (de lazer, comércio, jardins, praças)?

Essas questões mostram-se de extrema relevância face a aceleração do processo de verticalização das cidades e dos poucos estudos existentes no Brasil sobre a verticalização em cidades de pequeno e médio porte. Além disso, é necessário pensar a respeito das novas relações que o homem cria com seu entorno quando já não vive em residências unifamiliares. Precisamos compreender quem é o homem da atualidade e como a relação espaço-lugar se processa nesse ambiente.

Entendemos a necessidade do desenvolvimento para as cidades em ascensão comercial e urbana. Contudo, como é se apropriar de uma parte de uma residência, sabendo que seu espaço termina na porta do apartamento? Como é viver no mesmo espaço de estranhos que se separam por meio de paredes e que muitas vezes nem mesmo sabem seus nomes?

Material e Métodos

A escolha da metodologia da pesquisa: qualitativa, exploratória e o estudo de caso ocorreu após um estudo aprofundado do objeto pesquisado. A técnica de história de vida mostrou-se coerente com o objetivo proposto de compreender o processo de morar ou habitar dos moradores de edifícios residenciais em Criciúma/SC.

O lugar escolhido para o estudo foi o bairro Comerciário. A verticalização nesse bairro tem-se mostrado intensificada nos últimos anos. Ele se localiza na região central da cidade e o nível socioeconômico de seus habitantes é elevado segundo Balthazar & Pimenta (2005). O bairro em questão possui melhor infraestrutura

em comparação com as demais áreas da cidade, por conseguinte funciona como um forte elemento regulador do preço do solo urbano em Criciúma.

Os sujeitos da pesquisa foram escolhidos intencionalmente de acordo com a região do bairro em que residiam e o estilo de prédio no qual moravam. Para essa pesquisa foi imprescindível agregar pessoas com idades distintas e de segmentos sociais diferentes para se obter uma multiplicidade de olhares e percepções sobre o assunto. O desenvolvimento desse estudo deu-se utilizando um total de 11 moradores residentes em 10 prédios localizados em 07 ruas do bairro Comerciário.

A entrada em campo foi realizada diretamente pela pesquisadora: a primeira fase da pesquisa deu-se por meio da aproximação do cotidiano e da dinâmica do bairro por passeios realizados sistematicamente cujas observações foram registradas no diário de campo. Utilizou-se como técnica a observação simples, por ser espontânea e informal, sem um planejamento, mas científica em seu teor porque vai além da constatação dos fatos e exige um mínimo de controle na obtenção dos dados (Gil, 1999).

Na segunda fase da pesquisa, foi realizada a seleção dos sujeitos que compuseram a amostra cujos critérios foram; ambos os gêneros, faixa etária de 18 a 65 e moradores de ruas de locais diferentes do bairro. Após selecionados, os sujeitos conheceram a proposta da pesquisa e foram convidados a participar da mesma. Após o aceite, a pesquisadora apresentou o termo de consentimento informado do Comitê de Ética em pesquisa da Universidade do Extremo Sul Catarinense-UNESC. Em seguida foram realizadas as entrevistas livres com os moradores. Além das histórias de vida, fez-se uso de registros fotográficos e desenhos como instrumentos de coleta de dados. Pretendeu-se com tais instrumentos avaliar o processo de apropriação do apartamento, do edifício e do bairro. Os entrevistados estão citados neste artigo por seu pseudônimo e são diferenciados dos demais autores devido a ausência de página em suas falas.

Identificando-se o nível de apropriação, pudemos perceber entre os moradores o sentimento de pertença: sentimento de fazer parte de uma comunidade, cultura e lugar. Por meio desse afeto, a pessoa se sente segura e protegida no meio em que vive e desenvolve laços com o lugar (“place attachment”). Desenvolver laços é criar raízes, construir um vínculo afetivo com o lugar e assim cultivá-lo.

Cultivação consiste em manter um espaço ou ambiente sempre em bom estado de conservação, protegendo-o da degradação, buscando formas de melhorá-lo ou personificá-lo (decoração, enfeites, jardins, reformas, etc) conforme as preferências e estilo de vida dos sujeitos.

Com esses indicadores psicossociais, conseguimos identificar os elementos constituintes da identidade de lugar (“place identity”), que, segundo Proshansky (1976), consiste no significado que o lugar traz para a vida dos sujeitos e ocorre por meio de uma construção, um elemento natural ou por lembranças vivenciadas naquele ambiente. O indivíduo estabelece a identidade de lugar por intermédio das características do entorno físico impregnadas no seu consciente ou inconsciente, demonstradas por meio de sentimentos, valores, objetivos, preferências, habilidades e condutas referidas ao entorno específico.

Os dados obtidos foram avaliados usando a abordagem qualitativa e, conseqüentemente, a interpretação dos resultados foi realizada por meio da análise de conteúdo.

Espaço e Lugar

Todo espaço possui um significado próprio porque é produzido pelo sujeito e caracterizado pela cultura. O significado do espaço está relacionado ao homem. Espaço e homem são um sistema inter-relacionado. É no espaço que o sujeito constrói os lugares, onde significa, dá sentido a si e ao ambiente próximo. É nessa perspectiva que a Psicologia Ambiental analisa as relações pessoa/ambiente

Espaços e lugares possuem conotações diferenciadas no que tange às atitudes humanas. Tuan (1983) destaca o lugar como estando relacionado com estabilidade e segurança, já o espaço teria relação com movimento e liberdade. Um espaço se transforma em lugar na medida da interação do sujeito com este. Se o sujeito é capaz de inserir no espaço valores afetivos, ele o transforma em lugar.

Nos lugares o sujeito produz sua subjetividade, pois, dentro deles, transfere significações próprias. Nos espaços de moradia, trabalho, estudo, passeio e passagem os sujeitos atribuem os seus mais variados lugares. Apropriam-se com seus sentidos desses espaços, transformando-os em lugares. “O ‘lugar’ é específico, concreto, conhecido, familiar, delimitado: o ponto de práticas sociais específicas que nos moldaram e nos formaram, com as quais nossas identidades estão estreitamente ligadas” (Gonçalves, 2007:57).

Os lugares dão forma humana à cidade, pois ela é o desdobramento do tempo de seus moradores e suas realizações. O ritmo da cidade é o mesmo de sua população urbana segundo Lefebvre (1999).

Os lugares do ambiente vivido não são neutros, nem livres de valor. Segundo Moser (2003), todo ambiente incorpora os valores sociais e culturais dos que nele habitam. Isso significa dizer que o lugar habitado promove identidade e essa identificação pode ser

apreendida pelo olhar, pelos sons, pelo cheiro. “É através do seu corpo que o homem constrói e usa os lugares [...]” (Carlos, 2004:51). O processo de apropriação inicia-se com a identificação do sujeito com o espaço. Só assim ele é capaz de criar os lugares de significado. “A apropriação, como identificação, é, em certo sentido, um agente transformador, pois, ao apropriar-se do espaço, o sujeito deixa sua marca ao transformá-lo, iniciando assim um processo de reapropriação constante” (Gonçalves, 2002:20).

Cristina, uma das pessoas entrevistadas, se apropriou da totalidade do seu apartamento, o qual não possui um cômodo mais importante, ou um objeto que lhe transmita algo mais especial. Seu sentido de pertencimento ao lugar se dá com o funcionamento da casa, desde as partes práticas como lavar uma roupa e estendê-la no varal, até o momento em que ela vai até o quarto da filha contar uma história, deitar ao seu lado e ficar mais próxima dela.

[...] todo o ambiente da minha casa me traz uma lembrança, por exemplo, o meu quarto, é o momento meu e do meu marido. O quarto da minha filha é que tá o computador, é a minha filha né, a hora que eu deito com ela, a hora que eu vou contar uma historinha, é o momento eu e ela. A sala, é onde a gente coloca o colchão final de semana, alugamos DVD e vamos os três abraçados vendo DVD. A cozinha é onde que eu vou fazer uma coisa gostosa, um bolo, uma comida, isso, aquilo, pra reunir todo mundo. Toda a casa tem um movimento, toda ela tem uma recordação forte. (Cristina, 2008).

Na visão de Mourão & Cavalcante (2005), a prática espacial do sujeito em seu lugar de morada altera o espaço habitado devido às marcas impressas pelo indivíduo sobre ele. Essas marcas são gravadas no ambiente na medida de suas necessidades subjetivas e vivências emocionais que marcam sua história de vida e modificam sua identidade. “As ações sobre o espaço não se constituem, portanto, somente em atos cognitivos ou materiais, mas em atos de investimento emocional, momento em que o agir e o sentir encontram-se em plena sintonia” (Mourão & Cavalcante, 2005:50). Esse investimento emocional é concretizado na escolha e organização dos móveis e objetos da casa.

Na frente do sofá de seu apartamento, logo na entrada, em uma das paredes, vê-se desenhada uma grande montanha com textura azul da cor da parede. Em cima da montanha ou do que poderia ser identificado como um grande sol, existem três pássaros voando. Foi uma obra criada por ela e seu marido. Cristina relata que os três pássaros voando representam a sua família: ela, o marido e a filha. Segundo Paz (1973), é materializando suas emoções que o homem expande sua fruição poética. Nesse contexto o quadro se constitui uma linguagem que

é compreendida pela Psicologia Ambiental como uma linguagem simbólica.

“Ao instalar-se numa casa vazia o sujeito irá colocar nela objetos, utensílios, móveis. Na forma de organizar, ornamentar e decorar a casa estão refletidos os hábitos, os valores, os modos de vida”. (Gonçalves, 2007:30). A apropriação do espaço acontece pela necessidade humana de sentir-se enraizado em algum lugar. Quando o sujeito forma laços com um determinado espaço, ele tende a personalizá-lo, colocando objetos simbólicos, desenhando montanhas, enfeitando-o segundo seu gosto e suas preferências. Quando não há essa possibilidade ou porque o espaço não lhe pertence ou, ainda, porque existem outros proprietários comuns, ele apenas cuida do ambiente, prima por ele e protege-o de qualquer adversidade.

O mundo do apartamento é o lugar de Davi. Este lugar pode ser transferido para qualquer espaço e ainda assim não perder o sentido intrínseco de lar. Porque o lar está não no espaço, mas no significado adquirido pelos objetos levados de uma cidade a outra, já que ele carrega sua história no seu sofá, na sua cama e em todos os seus pertences. Para Davi, morar em um apartamento ou em outro não faz qualquer diferença, pois a substância para preenchê-lo, ele carrega consigo.

Independente do apartamento que eu vá se eu consigo trazer as minhas coisas, quando eu entro dentro do apartamento eu me sinto em casa. Se tiver o meu sofá, minha cama... se eu me reconheço dentro daquele lugar, né. Então [...] isso pra mim é interessante, eu sempre tive isso assim. Se eu tivesse morando em Caxias do Sul, Curitiba como eu morei, Florianópolis, Criciúma ou Porto Alegre, independente da onde estivesse. Depois que eu tinha as minhas coisas em dia, eu tava com a minha referência pronta (Davi, 2008).

“Ter a referência pronta”, isso é o que transforma um espaço em lugar para Davi. Com essa expressão Davi transmite, do âmago de sua identidade, a necessidade de ter o ponto de apoio por meio do qual ele possa partir nas mais variadas direções e possa retornar ao fim de cada jornada. Essa referência é mais do que o lugar em que ele recosta a cabeça e dorme, é o ambiente acolhedor no qual ele pode ser e agir espontaneamente, quando ele pode sentir-se em casa.

Morar e Habitar

Da mesma forma como espaço é diferente de lugar, morar e habitar, nesta pesquisa, têm sentidos diferentes. Pois habitar é dar um significado ao espaço e transformá-lo em lugar. Morar tem um significado funcional. Podemos morar durante anos em um determinado espaço e nunca habitá-lo verdadeiramente. “Não, não

[...] gosto daqui, mas assim, não vejo nesse bairro [...] Esse bairro talvez não tenha uma identidade de bairro. É um amontoado de pessoas morando no mesmo prédio, ponto” (Carlos, 2008).

Joana não gosta do apartamento em que vive e não consegue definir direito o porquê de sua repulsa. Na visão de Moser (2003), os sujeitos reagem ao ambiente de acordo com a forma como eles o percebem individualmente. As percepções de Joana não são boas em relação a seu apartamento. Por sua vontade ela teria um lugar com mais espaço, uma sala ampla em que pudesse colocar um sofá maior e mais confortável para que ela pudesse se aconchegar nele, num dia de frio, puxar um cobertor e pensar na vida. Adormecer em seu sofá assistindo à TV.

Eu posso sentar aqui mas eu vou ficar agoniada porque eu vou me mexer, eu vou [...] porque eu não gosto desse sofá. Graças a Deus eu tenho ele há um ano. Engraçado, né... eu tenho ele há um ano, muita gente já sentou nele, não tô [...], mas eu não gosto dele. [...] Não é o meu sofá, eu não quero esse sofá pra minha vida. É engraçado né, é coisa material, mas eu não gostei, eu não me sinto bem. Eu não acho confortável (Joana, 2008).

Nesse sentido, pode-se afirmar que Joana na realidade não habita seu apartamento, mas somente mora nele. Quem habita os lugares se apropria deles. A apropriação é um sentimento que vai além do material, da propriedade. Joana tem consciência de possuir o sofá de sua sala, mas como não consegue apropriar-se desse espaço em seu apartamento é como se o próprio sofá tivesse outro dono. A sala de seus devaneios, de seus sonhos não faz parte de sua realidade. Nessa sala imaginária, ela seria capaz de fazer uma síntese poética com o lugar em que vive, a sala sonhada é um elemento de fruição poética em sua vida. Talvez a imagem de uma sala na qual ela já pode deitar-se em um dia de chuva, ficar com os pensamentos vagando e dormir em frente à TV.

Habitar é “apropriar-se de todos os espaços (físico, simbólico, emocional, cultural) nos quais estão todos os lugares, as pessoas, as coisas e os objetos com os quais o homem se relaciona” (Gonçalves, 2007:72). “Eu gosto de andar, eu ando muito, dou a volta nas quadras com o cachorrinho. Eu gosto do bairro como um todo. Não tem o que é mais especial pra mim. Gosto do bairro como um todo” (Morgana, 2008).

A cidade de Criciúma situa-se no extremo sul de Santa Catarina há 12 km do litoral. É um hábito da população ter uma casa de praia, as pessoas mais simples até as mais abastadas assim o fazem. Embora a cidade de Criciúma não ofereça tantas opções de lazer, então, quando Cristiano entra em férias e vai para sua casa de praia, ele sente saudade da dinâmica existente na cidade e

do seu apartamento. A saudade relatada pelo entrevistado está relacionada ao aconchego de estar em um lugar que não se mora, habita-se. “Eu sentia saudade de vir no meu computador. Porque lá não tinha computador. Eu sentia saudade do meu computador. É [...] sei lá [...] saudade de sentar aqui no sofá, a casa [...]” (Cristiano, 2008).

Na casa de praia tem TV e sofá, “rede, o que era melhor”, na visão de Cristiano. Mas por algum motivo sentar no sofá de seu apartamento em Criciúma lhe transmite muito mais tranquilidade do que a rede na casa de praia. Podemos entender que o sujeito possui afinidade com o lugar que habita e assim os objetos que compõem o cenário de seu lar são evocativos e por isso passam um sentimento de identificação. “[...] mas eu sinto o apartamento aqui, o apartamento aqui em Criciúma eu sinto mais aconchegante, mais eu. Entendeu? Mais eu aqui. Lá não é tão eu. Apesar de ser a nossa casa, né. Lá não é eu. Aqui sou eu. Aqui é como eu gosto” (Cristiano, 2008).

A identidade de lugar, segundo Pol (s.d.), é a incorporação de elementos do ambiente físico à personalidade do indivíduo. Cristiano expressa em sua fala uma identidade quase fundida ao ambiente. “Lá não é eu. Aqui sou eu”. Demonstra como o ambiente está inserido na estrutura psíquica e emocional de um sujeito e o quanto ele pode falar a respeito de quem é o habitante de um determinado lugar.

Os objetos transmitem mensagens sobre seus donos, demonstram um querer, um gostar, uma preferência: “Aqui é como eu gosto”. Cristiano gosta de cidade, de estar livre no meio urbano e decidir qual melhor opção para preencher o seu dia. Pode escolher ficar em casa e assistir a um filme na TV, mas essa é uma escolha dele que não é influenciada pelo local em que se encontra.

Aqui é [...] é uma coisa mais dinâmica, cidade. Eu gosto [...] não sei se eu sou dinâmico, mas se eu não sou, gostaria de ser. Eu não sei se eu sou dinâmico, não sei, não sei dizer se eu sou dinâmico, não sei mesmo, mas eu gostaria de ser se eu não sou, mas se eu sou, melhor. Aqui parece que é mais dinâmico. Tem essa jogada que tu pode fazer, escolher [...] talvez mais desafios assim. Lá não tinha [...] lá é baiano. E aqui tem mais desafios. Cidade, né. Não é cidade grande né, mas é uma cidade, em relação ao Camacho lá. Parece que eu me sinto mais em casa aqui (Cristiano, 2008).

O sentimento de estar em casa não pode ser relacionado com o fato de estar morando em sua propriedade. Não é a posse que transmite ao sujeito um elo com o lugar. A posse, como propriedade, Cristiano tem tanto do apartamento em Criciúma quanto da casa de praia, porém seu apartamento é seu “lugar sagrado”, no qual ele viveu todos os momentos mais importantes de sua vida. Nesse sentido as paredes, os móveis, os

objetos que ali se apresentam estão cheios de histórias e são capazes de ser chamados em seu conjunto de Lar.

Nota-se que os lugares refletem lembranças, saudades, frustrações, amores e desamores e na saga de uma história de vida a união de todas as vivências de um sujeito em sua casa ou apartamento traduzem sua própria identidade. Essa é expressão na fala de Cristiano, “sentir-se em casa no apartamento de Criciúma”. Estar em casa é estar em um lugar cheio de afetividade.

Mas sabe que eu acho que eu gosto dessa casa aqui? A minha vida toda foi aqui. Então tudo que eu fiz tem alguma relação com esse ambiente aqui, com esse espaço, com esse apartamento aqui. Algumas vezes, quando eu cheguei triste da rua eu vim aqui, aqui eu me confortei. Sempre quando eu vim alegre eu vim aqui. Cheguei aqui, cheguei alegre. Tudo foi aqui [...]. Eu acho que um ambiente que só traz lembranças boas, ele é bom (Cristiano, 2008).

O simbolismo do espaço está encerrado nas recordações dos ambientes e nas pessoas que estiveram presentes naquele momento vivido no passado do sujeito. O significado simbólico de um ambiente também é contemplado pelos elementos constituintes do espaço que ressoam as alegrias e tristezas já vivenciadas em um determinado lugar. São essas coisas: pessoas, elementos e lembranças de ambientes que evocam sentimentos bons ou ruins nos sujeitos e conectam-nos aos ambientes desenvolvendo neles o apego ao lugar (Rivlin, 2003).

O homem habita os lugares por meio de seu corpo e seus sentidos. Um espaço habitado tem valor de uso para o morador. A porção do espaço apropriado para a vida é o lugar habitado pelo sujeito. O ato de morar/habitar tem a casa como centro e a partir dela se estende para o bairro, as ruas, as praças e toda a cidade. Usando como ponto de partida o lar, o homem vai marcando os lugares de sua vivência e suas relações com o outro. Os modos de uso são capazes de definir quem mora ou habita determinado espaço/lugar, pois somente por meio da utilização constante de um espaço, o homem cria vínculos e apropria-se dos lugares (Carlos, 2004).

Espaço e Identidade

Para Valera & Pol (1999), o modo como o sujeito simboliza o espaço tem uma relação direta com sua identidade pessoal e social. Segundo os autores, esses dois componentes da identidade se formam apoiados na identidade de lugar. Sendo assim, quanto maior for a identificação do indivíduo com seu entorno, tanto mais ele tentará preservá-lo, pois, caso contrário, estaria depreciando sua própria vida.

Esse espaço vivido e significativo está comprometido na atual sociedade de consumo, a ponto de se limitar

ao espaço de apartamentos cada vez menores. E por ser tão diminuto esse ambiente o homem acaba por cair no alheamento em relação a seus semelhantes. Já não se preocupa mais com o seu vizinho, porque nem mesmo o conhece e como o seu espaço apropriado (tanto concretamente por ser propriedade sua, como de maneira identitária, por ser significativo para sua vida) é bastante limitado, ele acaba por se esquecer que mora em uma rua com mais moradores, que existem outras tantas ruas em seu bairro e não se ocupa das questões necessárias para uma habitação com qualidade de vida em seu espaço/lugar.

A vida na cidade verticalizada retirou o homem de seu ambiente natural e limitou suas experiências a lugares construídos. Mas a cidade, em tese, não deveria ser o local do alheamento humano, pois, se o sujeito resolve morar no espaço urbano, é porque tem sede de relações e de contato com seus semelhantes. É dentro da cidade que o homem é capaz de questionar como está se conduzindo moralmente, como desenvolve seu senso de justiça e de que forma convive com as diferenças. Embora exista uma ação contrária a esse desenvolvimento, a cidade é eminentemente o local que ensina como um ser humano se transforma em humano (Freitag, 2007).

Mas, como desenvolver essas interações se a cidade proporciona a um só tempo a junção de pessoas por meio da proximidade com elas e seu distanciamento por meio de artefatos como a internet, a moradia vertical e o medo? A mesma sociedade se comporta como o vilão ou o mocinho no enredo de nossas histórias de vida. Podendo transformar o ser humano em humano ou em alguma “coisa” diferente disso. Nas palavras de Damergian (2001:96): “A sociedade também pode ser encarada como uma grande mãe, capaz ou incapaz de maternagem, boa ou má, que acolhe e favorece o desenvolvimento de seus filhos membros ou os desampara”.

Devido ao número elevado de pessoas morando num mesmo lugar, o espaço identitário dos moradores verticais se limita aos arredores de seu prédio. Para um morador de um edifício, a apropriação do bairro tende a não ir muito além dos arredores de seu prédio. Quando o sujeito possui uma identificação com o bairro, ela está relacionada muito mais com a rua em que vive e com os prédios e equipamentos urbanos vizinhos. Isso ocorre talvez porque, além de sua rua, o sujeito só consegue enxergar um aglomerado urbano. Um conhecimento profundo dos moradores de prédios distantes demandaria uma permanência muito maior no bairro e um tempo que o espaço urbano não permite a seus habitantes.

Como os demais entrevistados, mesmo se apropriando do bairro, Cristina assim como Carmem não conseguem compor em seu imaginário algo além das ruas que fazem parte do seu *setting* ambiental. Isso significa que a

representação mental dos habitantes de bairros verticais tende a não ultrapassar mais do que uma ou duas quadras além de onde está localizado o prédio em que moram. A apropriação e os laços estão naquele pequeno sítio reunindo algumas ruas que constituem o espaço/lugar em que o sujeito se referencia.

Essa visão do que seria o bairro para moradores verticais é bem colocada pela fala de Salete. Ao ser questionada se existe diferença entre morar em casa ou em prédio, Salete pensa não haver nenhuma, apenas na proporção de conhecidos.

[...] só em casa o teu amigo é aquele lá do fim da rua, o teu amigo é lá [...] aqui não, pessoa da rua de lá eu quase nunca vejo. Eu vejo agora, por exemplo, eu entrei no grupo de idosos, eu não conhecia quase ninguém da minha idade, a não ser aquelas que já eram minhas amigas, aí eu fiz amizade com várias [...] todo mundo mora em prédio (Salete, 2008).

Os habitantes de prédios, por conseguinte, entendem a sua comunidade como as pessoas dos prédios vizinhos. Outras ruas fogem completamente de seu campo de visão e de contato. Outras ruas formam outras comunidades. Para eles são sujeitos completamente estranhos.

Por isso, ao percorrer o bairro Comerciário um transeunte pode verificar vários modos de morar e habitar, em cada hemisfério do bairro predomina um tipo de vida completamente diferente do hemisfério oposto; isso se deve, em parte, por causa das vias de trânsito. Segundo informações da CODEPLA, (Companhia de Desenvolvimento e Planejamento Urbano), existem dois anéis viários centrais interligando o centro aos bairros Michel e Comerciário, um deles faz “ponte” com a rua na qual Carlos mora e permite o escoamento do trânsito que segue para o Centro da cidade, os Hospitais e a Avenida Chile em direção ao bairro Próspera. Esse é o principal motivo pelo qual o fluxo de automóveis aumentou radicalmente nos últimos anos em sua rua e tornou-se ainda mais intenso há cerca de um ano quando da modificação dos sentidos de algumas ruas nas proximidades. Inclusive a parte final da rua em que Carlos mora foi modificada, tendo hoje acesso nos dois sentidos. Essa rua faz ligação com um dos anéis viários, sendo uma facilitadora para fluxo de automóveis que fazem o trajeto BR101/Quarta-Linha e bairro Universitário/Fórum/São Luiz desejando chegar ao centro da cidade.

Segundo Campos Filhos (2003), uma pesquisa realizada nos Estados Unidos por pesquisadores da Universidade da Califórnia em Berkeley demonstrou que existe concordância pública sobre a quantidade de fluxo adequada para haver uma convivência de rua. Segundo tais pesquisadores, com até três veículos passando por um local por minuto existe a possibilidade de convivência

pacífica entre os moradores, dos edifícios que se localizam à margem das ruas. Aumentando esse valor para quatro a oito veículos por minuto, a perturbação do fluxo se torna ruim, mas ainda tolerável; além dessa quantidade de veículos, a perturbação ambiental é intolerável, e os sujeitos abandonam as ruas como espaços coletivos e isolam-se em suas casas ou apartamentos.

Da Identidade ao Pertencimento

O sentimento de pertencimento percorre as ações do homem, sendo atravessadas pelas redes de sociabilidade, como ocorre em atividades festivas, de lazer, consumo ou mesmo ações cotidianas que marcam os espaços vividos e compartilhados pelos moradores. Quanto mais próximas as pessoas se sentem umas das outras, mais elas podem interferir no processo de identificação do lugar. Dessa forma, o convívio é um fator importante nesse processo.

A dificuldade em se apropriar do bairro, no caso de Carlos, por exemplo, é proporcional à falta de contato com os vizinhos. Carlos quase não vê seus vizinhos de prédio, mal os conhece, ele passa meses sem qualquer contato. Para ele o conceito de vizinhança deveria ser repensado, pois não existem mais vizinhos como os de antigamente. “Porque a gente na verdade mora junto. É um aglomerado de pessoas vivendo próximas, sem proximidade. Por que isso tudo?” (Carlos, 2008).

Sennett (2002) fala a respeito desse sentido de desconhecimento levando o sujeito a perceber-se perdido e sozinho diante de uma plateia de estranhos. É como se não houvesse vida para além do andar habitado. Um indivíduo pode viver anos morando em um prédio e nunca ter visitado qualquer dos andares superiores ou inferiores aos seus.

Talvez os dizeres de Carlos e sua pergunta no fundo reflitam a ânsia de muitos moradores de edifícios residenciais. O conceito de vizinhança para eles não existe porque suas vidas são voltadas para dentro do apartamento. Além de sua porta fechada, próximo ao elevador, não existe mais nada. Em outros lugares, nos quais sua mente não esteja tão ocupada com os compromissos, existe a possibilidade de uma relação de vizinhança: “[...] o teu vizinho de praia é um vizinho diferente. Eu sinto isso, e talvez na praia todos estejam, vamos dizer [...] mais relaxados e esse relaxamento te permite uma aproximação com teu vizinho” (Carlos, 2008).

Poder-se-ia dizer, como outro entrevistado relatou, que em cidades médias e pequenas ainda encontramos um olhar amigo do vizinho de apartamento. Porém, pela fala de Carlos podemos analisar que essa realidade não existe para todos ou para todos os prédios. Alguns moradores de apartamentos vivem como quem vive em

uma grande metrópole, correndo aceleradamente em sua vida cotidiana, tendo tempo de desacelerar somente da porta para dentro de seu apartamento. Isso quando conseguem, como Carlos, desligar computadores e TVs a fim de ter um momento para respirar, descansar e desenvolver atividades prazerosas com sua família.

O grande pesar é saber que tantos Carlos têm seguido o mesmo caminho: viver para dentro e para si e deixar as ruas com seus inúmeros estranhos muito longe de seu campo de visão.

E como essas questões influenciam-se mutuamente, pode-se dizer que redes de sociabilidade diferenciadas geram diferentes formas de apropriação do espaço e vice-versa. Assim, as múltiplas formas de apropriação dos pedaços do bairro, bem como as diferentes atribuições de sentido aos lugares chocam-se com os padrões considerados propriamente urbanos de vida, trabalho, lazer e consumo, afirma Rodrigues (2007), ou seja, vivendo em condomínios verticais as pessoas não conseguem desenvolver a identidade de lugar de maneira tão profunda como aquelas influenciadas pelas redes de sociabilidade.

Mas, pessoas do bairro mesmo eu ainda não conheço muita gente. Porque é mais difícil né, como é prédio, é mais difícil tu sair e fazer alguma coisa pra ver alguém. Mas eu conheço algumas pessoas do colégio assim, amigos de clube assim. Mas amizade de fora assim eu não tenho. Daí é muita distância, já é mais difícil assim [...] de se comunicar assim [...] (Paula, 2008).

Assim a experiência urbana se mostra como aquela não mais baseada no encontro, mas na cultura do evitamento. E assim o vínculo social é liberado da responsabilidade para com os outros. “A cidade deixa de ser referência e fazer sentido diante das novas formas de subjetivação, o que parece estar surgindo é um mundo onde a vida pública não é mais o componente que dá sustento à experiência urbana” (Pechman & Kuster, 2007:16).

Deste modo, para entender a cidade do ponto de vista antropológico, precisamos considerar as interpretações feitas pelos próprios moradores de seus modos de vida e suas experiências individuais ou coletivas dentro do contexto urbano. E ainda, partindo da referência do bairro e da cidade habitadas por eles, perceber os significados atribuídos as suas vivências (Rodrigues, 2007). As relações espaciais estão estreitamente vinculadas às relações sociais, e, por meio delas, pode-se generalizar a realidade experienciada para outras cidades em plano local, regional ou mundial que vivenciam os mesmos moldes de urbanização e industrialização.

Hoje a cidade é a expressão mais forte do processo de formação da humanidade. É na cidade que vemos a

separação homem-natureza, presenciamos a desigualdade social de forma extrema e verificamos o esfacelamento das relações. O modo de vida urbano é aquele regido pela falta de tempo e dominado pela preocupação do homem em atender suas necessidades vitais de habitação, alimentação e saúde. Esse homem da cidade sente-se abandonado diante da fartura de poucos e da precariedade de muitos e prima por uma felicidade, por sonhos que nunca hão de se realizar.

Para superar esse deserto emocional em que vivem os cidadãos em sua relação com a cidade, Donne (1979) argumenta que é necessário partir-se da vida privada³. Precisamos buscar na única fonte a qual o ser humano se sente amparado diante da realidade individualista da cidade no mundo contemporâneo: seu lar. Nesse ponto poderemos encontrar uma brecha para o contato e interpretação dos fatos urbanos. Somente tocando em uma esfera de sua vida a qual o homem não se sinta acuado é que poderemos verificar onde se encontra o “fio condutor” que o levará de volta a uma vida mais coletiva.

E o ambiente em que tu vive eu acho que é aquele teu porto. Você chega, se sente bem. Você chega de viagem, aí que cama boa, né. A melhor cama é a tua. Tu pode estar no melhor hotel, mas tu chega em casa, tem aquele teu colchãozinho, então [...] eu digo, tô em casa. O teu chuveiro, é o melhor banho que tem, então são essas coisas, esses prazeres da vida que a gente tem (Davi, 2008).

Tocar, desse modo, na esfera privada da sociedade de comunicação, considerar fenômenos totalmente alheios ao ambiente público, é ter em mente uma série de outros fatores, sentidos e experiências. Quando falamos em lar como fonte de segurança, estamos nos dirigindo não a um objeto físico, mas à representação interna desse objeto que fornece ao homem sentimentos mais nobres e com os quais ele não consegue mais entrar em contato quando se encontra retirado de seu espaço/lugar de moradia.

Esse espaço/lugar se encontra no mais das vezes dentro do apartamento. Por este motivo podemos inferir sobre as vidas existentes nos edifícios. Segundo Ferreira (2006), somente tomamos consciência desse fato quando aceitamos o conjunto de objetos e ações indissociáveis na construção do espaço.

³ Quando se fala em esfera privada, não estamos discutindo a noção de privado na sociedade industrial, não é a questão individualista do homem que tem a casa, o apartamento como objeto de propriedade, e sim nos referimos ao mundo simbólico entendendo a esfera privada como o lar, o ambiente o qual o homem é capaz de se sentir seguro e de deixar emergir sua singularidade.

Para Além do Quintal

Pela diminuição dos espaços apropriados pelos sujeitos urbanos, a rua, antes lugar de encontro, passa a ser apenas lugar de passagem. Para Lefebvre (2004), inclusive, sem a rua não existem outras possibilidades de encontros em lugares determinados, porque é nela que se efetua o movimento sem o qual não existe vida urbana, mas apenas separação e segregação.

As ruas e suas calçadas, na visão de Jacobs (2003), são os órgãos vitais das cidades. Qualquer pessoa, ao lembrar-se de uma cidade, imagina suas ruas em sua mente. Para a autora, se as ruas de uma cidade parecerem interessantes aos olhos de quem ali passa, a cidade será interessante, caso contrário não verá brilho nos lugares.

Em nossa sociedade urbana, as ruas estão povoadas de um amontoado de gente em busca de mercadorias. Elas viraram a passagem obrigatória entre a casa e o trabalho, sem que a verdadeira apropriação, a mesma que afirma o significado do uso e do valor, não ocorra e seja até mesmo combatida por aqueles que comandam o silêncio e o esquecimento (Lefebvre, 2004).

As ruas não sendo apropriadas por seus moradores correrão sérios riscos de se tornarem alvo fácil da violência e do medo. Pois, ao sentirem-se inseguras em um bairro, rua ou cidade, as pessoas estão demonstrando a impossibilidade de andar pelas calçadas (Jacobs, 2003).

É de conhecimento comum que a maioria das cidades brasileiras constrói suas estradas pensando no trânsito de veículos automotores que percorrerão aquele caminho e não nos moradores ou transeuntes da via pública. Atualmente o sistema de transporte é orientado para atender de forma privilegiada a mobilidade e acessibilidade dos automóveis em detrimento das necessidades dos demais usuários da rua. O pedestre é uma presença inexistente nesse sistema, só é lembrado quando de alguma forma atrapalha o fluxo de trânsito ou sofre algum acidente nas estradas (Aguiar, 2003).

Ao extinguir-se a rua, extingui-se a vida e reduz-se a cidade a um mero dormitório funcional da existência humana. Se não há vida pública nas ruas, a função informativa, simbólica e lúdica, outrora outorgadas a ela deixam de acontecer (Lefebvre, 1999). Ao eliminar o valor de uso, ela passa a ser como tantas outras coisas na cidade, mais uma mercadoria vendável. Os encontros passam a ser superficiais, e ela passa a conter um amontoado de sujeitos em busca de algo.

O Parlamento Comum Europeu (apud Aguiar, 2003), ao perceber a transformação das ruas em vias quase exclusivas para automóveis, aprovou uma legislação com a finalidade de garantir o uso desses espaços também pelo pedestre. Tal lei traz como pressupostos o direito do pedestre de caminhar livremente em um ambiente

saudável e usufruir de áreas e bens públicos. Esses ambientes coletivos devem lhe proporcionar bem-estar físico e psicológico. A cidade deve ser pensada para os seres humanos e não para as necessidades do carro. Essa lei envolve ainda os direitos de acessibilidade a todas as pessoas, sejam adultos, crianças, idosos ou deficientes.

Calçadas com nove ou dez metros de largura são capazes de comportar praticamente qualquer recreação informal – além de árvores para dar sombra e espaço suficiente para a circulação de pedestres e para a vida em público e o ócio dos adultos. Há poucas calçadas com largura tão farta. Invariavelmente, a largura delas é sacrificada em favor da largura da rua para os veículos, em parte porque as calçadas são tradicionalmente consideradas um espaço destinado ao trânsito de pedestres e ao acesso a prédios e continuam a ser desconsideradas e desprezadas na condição de únicos elementos vitais e imprescindíveis da segurança, da vida pública e da criação de crianças nas cidades (Jacobs, 2003:95).

A importância de vias públicas adequadas ao caminhar do transeunte não é algo novo. João do Rio já havia pensado a respeito da importância do calçamento há mais de um século.

Isso não é paradoxo: é verdade segura e irrecusável. O homem que vai aos seus negócios ou aos seus prazeres com o espírito amarrado a uma meditação, vai habitualmente com a cabeça baixa, olhando o solo. Quando o solo está bem limpo, bem calçado, bem varrido, bem plano, os olhos desse homem vão recebendo sensações alegres e tranquilas, que vão contribuindo para tornar tranquilas e alegres suas ideias... [...] O país faz o cidadão – e o calçamento faz o transeunte (João Do Rio apud O'Donnell, 2008:37).

Paulo Barreto, conhecido em seus escritos como João do Rio (1881-1921), percebia o rumo equivocado que as cidades urbanizadas iam tomando ao observar a cidade do Rio de Janeiro. Flanava a cidade como o *flâneur* de Baudelaire. Nesse movimento, percebia a importância da preservação das ruas e calçadas para os transeuntes. Se vivesse nos dias de hoje, talvez se unisse a Jacobs (2003) em seu empreendimento de humanizar os espaços urbanos. Para ela, uma rua deve ter infraestrutura adequada para abrigar tanto moradores como desconhecidos a transitar ininterruptamente pelas calçadas.

Mas que infraestrutura é essa? Para a autora a rua deve apresentar uma separação clara entre o espaço público e o privado. Essa separação deve ser nítida, pois nenhuma pessoa deseja expor aos outros como vive em sua privacidade. O morador deve ter a possibilidade de escolher o quanto de sua vida privada deseja mostrar, a quem e em quais circunstâncias.

Além disso, outro ponto levantado por Jacobs é a respeito da vigilância constante. Isso acontece quando as pessoas se sentem pertencentes ao bairro. As ruas devem conter olhos voltados para ela, pessoas que cuidem e garantam a segurança dos estranhos e dos moradores do bairro. Esses “cuidadores” são os mais variados possíveis no espaço de uma rua, podem ser pequenos comerciantes, moradores a olhar o movimento pelas janelas de suas casas ou apartamentos ou levando seus cachorros para passear. Enfim, não importa quem eles sejam, o imprescindível é estarem ali. Desse preceito deriva outro, a necessidade de haver usuários transitando ininterruptamente pelas calçadas. Estes aumentam a segurança da rua e tornam-na atraente a ponto de induzir as pessoas de dentro de suas moradas a olharem para o movimento externo.

Em um bairro completamente verticalizado como o Comerciário, qualquer pessoa sente a presença muito maior de desconhecidos do que de conhecidos, isso dificulta o desenvolvimento de laços com o lugar.. São tantos habitantes residindo numa área geográfica demasiadamente pequena que inviabiliza a possibilidade de conhecê-los em sua totalidade. O fato de existirem tantos desconhecidos a habitarem muito próximos uns dos outros acaba gerando um sentimento de insegurança maior entre os moradores de um bairro. Essa insegurança é traduzida no medo da violência urbana. Segundo Jacobs (2003:30), “não é preciso haver muitos casos de violência numa rua ou num distrito para que as pessoas temam as ruas. E, quando temem as ruas, as pessoas as usam menos, o que torna as ruas ainda mais inseguras”.

Para aumentar a segurança em relação ao bairro, seguindo a mesma linha de pensamento de Jacobs, Campos Filhos (2003) diz ser desejável para os moradores a presença dos principais estabelecimentos urbanos dentro de seus próprios bairros, a fim de descentralizar e, ao mesmo tempo, impulsionar a vida e a circulação de pessoas pelas ruas e calçadas. Uma questão relevante é a presença da escola. A proximidade desse serviço em relação à moradia permite à criança com uma determinada idade andar a pé, sozinha, de sua residência até seu colégio. De acordo com Campos Filhos (2003), 800 metros é a distância máxima considerada cômoda para se andar a pé até um serviço urbano ou outros espaços coletivos.

Claro que tem algumas coisas que a gente já tem [...] né, não tem como, o bairro não supre. Mas fazer a unha, ela faz aqui, almoçar a gente almoça ali. Alguma coisa que faltou, corre no mercadinho ali. A escola é próxima aqui também, de dois que estão no ensino fundamental. Então a gente procura estar dentro desse contexto do bairro (Davi, 2008).

Segundo Jacobs (2003), são os estabelecimentos e locais públicos existentes ao longo das ruas de uma cidade, sendo eles diversificados e funcionando de dia e de noite, que dão motivos aos moradores ou estranhos para utilizarem as calçadas nas quais existem tais comércios e espaços coletivos. Não adianta tentar burlar a violência com sistemas de vigilância ou áreas de recreação fechadas. São as ruas de uma cidade as responsáveis por lidar com os desconhecidos, inibindo possíveis atitudes depredadoras de sujeitos mal-intencionados, garantindo a segurança dos estranhos bem intencionados que simplesmente passam por determinado local.

Essas são ideias bastante pertinentes não observadas por planejadores urbanos. Ainda existe no imaginário dos “fazedores da cidade” a setorização como melhor forma de organização dos espaços urbanos. Mas, se um bairro se destinar unicamente ao comércio e outro apenas à moradia, o primeiro tenderá a ter milhares de pessoas a andar por suas ruas e calçadas enquanto o último verá suas ruas desertas, pois seus moradores passarão por elas apenas por serem caminho de suas residências. Isso aumentaria em potencial o nível de violência desta enquanto insuflaria um congestionamento (de veículos e pessoas) e uma exacerbação de estímulos na outra.

Esse pensamento pode, sob diversos olhares, organizar a cidade de forma mais simples em termos de localização, mas cria outra série de problemas muito mais difíceis de resolver, como é o caso da violência. A melhor opção para esta ainda seria o restabelecimento da vigilância natural e deveria ser pensada já a partir do projeto arquitetural das casas e prédios, principalmente destes últimos. Dentre as características apontadas por Cavalcante (2003), uma vigilância natural poderia ser restabelecida se os imóveis fossem menores e permitissem uma apropriação mais fácil de áreas comuns, se estivessem situados próximos a vias públicas e possuíssem maior abertura entre o exterior e o interior.

A falta de convivência entre as pessoas, embora sendo sentida de modo desagradável por boa parte da população, acaba sendo rapidamente absorvida pelos moradores a ponto de eles a perceberem como algo natural. O ser humano se acostuma com as cercas impostas pelos modos de morar e acaba por se tornar um ser inerte em relação aos acontecimentos para além do seu quintal.

A vigilância natural, na visão de Cavalcante (2003), evitaria em longo prazo a ocorrência de crimes e sistemas de segurança individuais. Para a autora a vigilância natural, ou seja, um comportamento urbano cidadão, solidário no sentido do compromisso dos habitantes da cidade com a vida urbana reduziria o medo e as ansiedades e estes passariam a frequentar mais os espaços coletivos por nutrirem maior confiança em seus vizinhos. Como

afirma Jacobs (2003:36), “[...] nenhuma pessoa normal pode passar a vida numa redoma. Todos precisam usar as ruas”.

Na medida do possível, Davi procura cultivar “a vida de bairro”. Para ele é fundamental usufruir os recursos disponíveis no bairro. Ele, sua esposa e filhos almoçam no restaurante da esquina todos os dias e com essa convivência diária já conheceram os donos do estabelecimento, os atendentes e estreitaram laços com muitos moradores e trabalhadores do Comércio. A família usa o comércio local: mercado, cabeleireiro, farmácia e todos os outros. Quando o bairro não é capaz de suprir uma determinada necessidade, Davi se obriga a procurá-la em outros locais. “Então a gente procura estar dentro desse contexto do bairro” (Davi, 2008).

Abre-se aqui, a perspectiva da análise do vivido através do uso do espaço, pelo corpo, revelando-se enquanto processo de apropriação. Aqui vai ganhando significado o espaço imediato da vida das relações cotidianas mais finas – as relações de vizinhança, o ato de ir às compras, o ato de caminhar, a ação que marca o encontro com os conhecidos, permite os jogos, as brincadeiras, dão sentido ao ato de habitar. [...] uma prática vivida e reconhecida em pequenos atos corriqueiros e, aparentemente, sem sentido, vulgares, mas criando laços profundos de identidade entre habitante – habitante e habitante – lugar. Deste modo não estamos nos referindo aos espaços infinitos, mas banais e reais como a rua, a praça, o bairro, - espaços do vivido. Estes revelam o espaço-tempo da vida (Carlos, 2004:51).

Embora essas sejam ideias discutíveis e renegadas por uma gama variada de pensadores e profissionais por julgarem insuficientes e poucos concebíveis, por nossa posição preferimos crer que:

[...] há quem acredite nela e proponha a integração com a rua, a realidade e o cotidiano da cidade através de prédios sem grade, calçadas parcialmente gramadas com banco de madeira e vigilância exercida por alguém conhecido da vizinhança. Estas são as características do prédio de número 65 da rua General Jardim, no centro de São Paulo, onde funciona a Escola da Cidade, primeira faculdade de arquitetura criada e gerida pelos arquitetos que nela lecionam. Os profissionais da instituição acreditam que viver enclausurados por conta do medo gera mais exclusão e, conseqüentemente, mais violência. Ciro Pirondi, diretor de Escola, julga que ‘a melhor crítica que podemos fazer a uma poesia é compor outra em seu lugar’ (Gazeta Mercantil apud Cavalcante, 2003:276).

Ao continuarmos construindo cidades em função do capital e do processo produtivo em detrimento do uso e bem-estar de seus moradores, inevitavelmente

deveremos conviver com uma insegurança constante e com o desenvolvimento cada vez maior de bairros verticalizados, nos quais as pessoas desejam ardentemente maior proximidade e convivência nos espaços públicos, mas a temem e a evitam de todas as formas possíveis.

Jacobs (2003) diz que existem três maneiras de conviver com a violência: uma delas é a deixarmos reinar absoluta, cuidando apenas para que ela não atinja a “minha residência e minha família”. Outra forma encontrada por boa parte da população é refugiar-se dentro de veículos, não abrindo os vidros e deixando de parar em sinais de trânsito a certas horas da noite. Uma terceira, já ocorrida em determinados bairros de algumas cidades, em especial em grandes centros, é a instituição de território por gangs.

Quem sofre mais com esse tipo de cidade são as crianças, obrigadas a edificar suas personalidades trancafiadas dentro de apartamentos e shoppings center. Seus pais possuem fortes motivos para não permitirem que brinquem nas ruas, afinal, se estas não são frequentadas por adultos, serão realmente perigosas para as crianças. Mas isso não significa que as ruas sejam naturalmente locais ruins para elas, ou seja: significa que as calçadas não têm mais oferecido vigilância adequada para sua educação.

Sem frequentarem e conhecerem as ruas, as crianças correrão o risco de se tornarem adultos incapazes de assumir responsabilidade pública por outras pessoas, principalmente se estas forem completamente estranhas. Essa é a máxima da vida urbana próspera na visão de Jacobs (2003) e da grande maioria dos urbanistas, embora estes últimos ainda não tenham conseguido incutir esses preceitos nos habitantes da cidade por meio de suas ações. O erro encontra-se já no desenvolvimento infantil, não podemos esperar adultos comprometidos com o patrimônio coletivo e com responsabilidade social se estamos permitindo a formação de crianças individualistas e egocêntricas.

Conclusões

Aventurar-se num estudo de pequenas e médias cidades não é uma tarefa fácil. Este estudo traz um esforço em apresentar teorias que, de algum modo, possam contribuir para a compreensão do tema na realidade de Criciúma. A maioria dos estudos disponíveis sobre as cidades trazem, como pano de fundo, temas urbanos e tendem a privilegiar grandes centros, como é o caso de São Paulo, Rio de Janeiro e outros.

O estudo traz uma contribuição para a mudança de foco a nas políticas públicas e no planejamento e gestão urbanas. Dar voz ao morador de um prédio nos possibilitou compreender quais locais proporcionam

uma maior satisfação e quais os empecilhos para que um sujeito consiga ter uma vida plena e desenvolver suas potencialidades em um ambiente excessivamente verticalizado. Pudemos compreender a construção da cidade não pelos olhos de quem a planeja, mas pela visão de quem a utiliza e habita dentro dela. Para desenvolver teorias mais próximas da realidade e construir cidades mais condizentes com sua população, precisamos estar mais próximos dos atores sociais que são os verdadeiros “fazedores da cidade”.

O estudo demonstrou a importância do processo de subjetivação para os atores sociais que constroem as cidades. Cada subjetividade se constrói ao longo da vida e descortina-se no discurso dos entrevistados percorrendo caminhos diversos e, muitas vezes, convergindo para o mesmo ponto.

Morar em um lugar sem significado não faz de um homem um sujeito inteiro. Ele necessita de um espaço que possa chamar de seu para construir sua história e fincar suas raízes. Em todo lugar em que ele levar sua identidade, tenderá a reproduzir ao seu redor os ambientes ao qual está acostumado e dos quais guarda profunda afetividade.

Todo sentimento em relação a um lugar se altera juntamente com as modificações sofridas pelos ambientes ao longo do tempo. Em determinadas ruas do Comerciário, alguns moradores usufruem os espaços do bairro, sentem seu movimento e tranqüilizam-se com um cotidiano cheio de afetos e cheio de encontros. Voltando para o outro lado, em ruas tomadas por automóveis outros tantos moradores se vêm trancafiados em seus apartamentos.

Dentro de um mesmo ambiente convivem pequenos aglomerados constituindo comunidades diferenciadas a cada nova quadra do bairro. Pudera não ser dessa maneira, pois são muitas pessoas a morar em apenas uma unidade de edifício. Ironicamente em cidades pequenas a tendência é de as pessoas se conhecerem melhor. Mas em prédios a vida não é assim, não poderia ser, pois quem escolhe habitá-los, normalmente, já não possui o tempo da conversa e do abraço. Todavia, a cidade é capaz de apaixonar as pessoas a ponto de elas desenvolverem tal relacionamento com este ambiente e não quererem mais estar em espaços naturais, ou ainda quando se permitem vivenciar momentos bucólicos logo percebem essas experiências como “mesmices” cotidianas e sentem saudade da cidade. Como se estivessem há dias distantes de seu verdadeiro lar.

O conceito de apropriação do espaço foi o principal indicador capaz de dizer quais dos entrevistados habitam lugares e quais moram em espaços sem qualquer significado. Construindo sua subjetividade, essas pessoas conseguem simbolizar e desenvolver laços com seus

apartamentos se apropriam de seus pequenos espaços e colocam neles suas marcas. O desejo de todo indivíduo é viver sua vida identificado com um estilo que deseja ou escolhe.

Por outro lado, necessitamos empreender esforços para estimular a consciência das pessoas “para além dos seus quintais” ou de seus apartamentos. Por algum motivo o homem tem-se tornado cada vez mais alheio ao que vem acontecendo do lado de fora de sua casa e isso é preocupante até mesmo para sua própria saúde e bem-estar. Entre os entrevistados, apenas Davi, Carmem e Carlos falaram sobre suas preocupações referentes ao futuro do bairro Comerciário e da cidade de Criciúma, mesmo assim, apenas Carmem mostrou-se atuante no sentido de fazer algo a respeito dos problemas e aspirações suas e de seus vizinhos, os outros dois apenas constataram a realidade e se mostraram impotentes diante dela. Mas, como melhorar a vida dos habitantes de uma cidade, se não se sabe de suas satisfações ou insatisfações com sua moradia, sua vizinhança, seu bairro e sua cidade?

Fica, finalmente, a esperança da mudança científica, social e cultural para um novo urbanismo ou nova ordem social e política mais coerente e com um renovado valor entre as pessoas e seus ambientes, em que o todo seja mais importante do que a soma de suas partes. Um mundo de humanos mais humanos, no qual os indivíduos habitem lugares, os simbolizem, personalizem e cultivem seus valores, seus afetos e seus lugares. Ao mesmo tempo em que se apropriam dos espaços, apropriem-se de si mesmos e de suas vidas, tornando-se sujeitos com subjetividade integrada. Sujeitos que compreendam que as pessoas e suas relações com os ambientes onde vivem.

Agradecimentos

Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico-CNPq pelo apoio financeiro a esta pesquisa. Ao Mestrado em Ciências Ambientais – UNESC. Ao Laboratório de Meio Ambiente, Desenvolvimento Urbano e Psicologia Ambiental no âmbito do qual foi realizada a pesquisa.

Referências

- AGUIAR, F.D.O. 2003. Análise de métodos para avaliação da qualidade de calçadas. Dissertação de Mestrado. São Carlos: Universidade Federal de São Carlos, 133p.
- BALTHAZAR, L.F. & PIMENTA, M.D.C.A. 2003. Criciúma: memória e vida urbana. In: SCHEIBE, L.F.; FURTADO, S.M.D.A. & BUSS, M.D. (Org.). Geografias Entrelaçadas: Ambiente rural urbano no

- sul de Santa Catarina. Criciúma: Ed. da UNESC. p.193-226.
- CAMPOS FILHO, C.M. 2003. Reinvente seu bairro: Caminhos para você participar do planejamento de sua cidade. São Paulo: Ed. 34.
- CARLOS, A.F.A. 2004. O espaço urbano. Novos escritos sobre a cidade. São Paulo: Contexto.
- CAVALCANTE, M.M.P.D. 2001. A arquitetura “globalizada” face a diluição da identidade cultural do espaço construído - estudo de caso - o bairro de ponta verde. Maceió-AL: Universidade Federal de Alagoas.
- CAVALCANTE, S. 2003. A porta e suas múltiplas significações. Estudos de Psicologia (Natal) 8(2):273-280.
- DAMERGIAN, S. 2001. A construção da subjetividade na metrópole paulistana: desafio da contemporaneidade. São Paulo: Educ/Fapesp,.
- DONNE, M.D. 1979. Teorias sobre a cidade. Rio de Janeiro: Edições 70.
- FERREIRA, C.D.S. 2006. O Edifício Sant’Anna e a Gênese da Verticalização em Campinas. Arqtextos, n.078.3. [on-line]. Disponível: http://www.vitruvius.com.br/arqtextos/arq078/arq078_03.asp Data de acesso: 05 ago. 2007.
- FREITAG, B. 2007. Teorias da cidade. 2.ed. Campinas, SP: Papirus.
- GIL, A.C. 1999. Métodos e técnicas de pesquisa social. 5.ed. São Paulo: Atlas.
- GONÇALVES, T.M. 2002. O processo de apropriação do espaço através dos modos de morar e habitar o lugar - Uma abordagem Psico-Sócio-Ambiental do Bairro Renascer/Mina Quatro de Criciúma-SC. Tese de Doutorado. Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 198p.
- _____. 2007. Cidade e Poética: um estudo de psicologia ambiental sobre o ambiente urbano. Ijuí: Ed.Unijuí.
- JACOBS, J. 2003. Morte e vida de Grandes cidades. São Paulo: Martins Fontes.
- LEFEBVRE, H. 1999. A Revolução Urbana. Belo Horizonte: Ed. UFMG.
- _____. 2004. O direito à cidade. São Paulo: Centauro.
- MOSER, G. 2003. Examinando a congruência pessoa-ambiente: o principal desafio para a Psicologia Ambiental. Estudos de Psicologia (Natal) 8(2):331-333.
- MOURÃO, A.R.T. & CAVALCANTE, S. 2005. O processo de construção do lugar e da identidade dos moradores de uma cidade reinventada. Estudos de Psicologia (Natal) 11(2):143-151.
- O’DONNELL, J. 2008. De olho na rua: a cidade de João do Rio. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- PAZ, O. 1973. La consagración del instante: el arco y la lira. In: ADORNO, T.W. et al. El arte en la sociedad Industrial. Buenos Aires: Rodolfo Alonso. p.75-83.
- PECHMAN, R.M. & KUSTER, E. 2007. Maldita Rua. Anais do XII Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional, CD Rom.
- POL, E. s/d. Cognición, representación y apropiación del espacio. Barcelona: Universitat Barcelona Publicacions.
- POL, E.. s/d. La apropiación del espacio. Barcelona: Universitat de Barcelona.
- PROSHANSKY. H.M. 1976. Appropriation et nonappropriation (mis-appropriation) de l’espace. In: LUPICÍNIO, I. & POL, E.. Cognición, Representación y Apropiación del Espacio. Barcelona-Espanha: Universitat de Barcelona Publicacions. p.43-57.
- RIBEIRO, W.C. 2005. Entre Prometeu e Pandora – Sociedade e Natureza no início do século XXI. In: CARLOS, A.F.A. & LEMOS, A.I.G. (Org.). Dilemas Urbanos. Novas abordagens sobre a cidade. 2.ed. São Paulo: Contexto. p.323-334.
- RIVLIN, L.G. 2003. Olhando o passado e o futuro: revendo pressupostos sobre as interações pessoa-ambiente. Estudos de Psicologia (Natal) 8(2):215-220,.
- RODRIGUES, C.I. 2007. Sociabilidade e construção de identidades em espaço urbano em Belém-Pará. Anais do XII Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional, CD Rom.
- SAHR, C.L.L. 2000. Dimensões de análise da verticalização: exemplos da cidade média de Ponta Grossa/PR. Revista de História Regional. 5(1):9-36.
- SENNETT, R. 2002. O declínio do homem público: as tiranias da intimidade. São Paulo: Companhia das Letras.
- SPÓSITO, M.E.B. 2005. O embate entre as questões ambientais e sociais no urbano. In: CARLOS, A.F.A. & LEMOS, A.I.G. (Org.). Dilemas Urbanos.

Novas abordagens sobre a cidade. 2.ed. São Paulo: Contexto. p.295-298.

TUAN, Yi-Fu. 1983. Espaço e lugar: a perspectiva da experiência. São Paulo: DIFEL.

VALERA, S. & POL, E. 1999. El concepto de identidad social urbana: una aproximación entre la psicología social y la Psicología Ambiental. Barcelona: Universidad de Barcelona.